

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO DE 2011 A AGOSTO DE 2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

<b><u>DESPESA COM PESSOAL</u></b>	<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	
	<b>(Últimos 12 meses)</b>	
	<b>LIQUIDADAS</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS</b>
	<b>(a)</b>	<b>(b)</b>
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>61.782</b>	<b>1.191</b>
Pessoal Ativo	52.174	1.046
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.608	145
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>9.532</b>	<b>379</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	6	234
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.526	145
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>	<b>52.250</b>	<b>812</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>53.062</b>	

<b><u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u></b>	<b>VALOR</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)<sup>1</sup></b>	600.187.795
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100</b>	0,008841
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,018088</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,017184</b>

**FONTE: SIAFI E COF/SAO/TRE-ES. Emitido em 20/set/2012 às 14h e 30m.**

<sup>1</sup>Valor referente à Portaria STN nº 544, de 18/9/2012.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

JOSÉ ADRIANI BRUNELI DESTEFFANI  
 Secretário de Administração e Orçamento

FÁBIO ROSADO BARBOSA  
 Coordenador de Controle Interno

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO  
 Diretor Geral

SÉRGIO BIZZOTO PESSOA DE MENDONÇA  
 Presidente do TRE/ES